

BRDE alcançou resultados históricos no Sul em 2025

A carteira de crédito do banco sulista chegou a R\$ 24,1 bilhões

Divulgação/Ascom/BRDE

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) encerrou 2025 com carteira de crédito de R\$ 24,1 bilhões, contratação de R\$ 5,6 bilhões e impacto na manutenção ou geração de 83.425 empregos nos estados onde atua.

O balanço patrimonial foi divulgado na segunda-feira, 30/3, e aponta lucro operacional de R\$ 721,4 milhões, alta de 52,7% sobre o ano anterior, além de efeito estimado de R\$ 666 milhões na arrecadação de ICMS.

Os resultados indicam expansão das operações e aumento da capacidade financeira do banco.

O saldo das operações de crédito e repasses cresceu 12,1% em relação a 2024. O ativo total avançou 14,3%, atingindo R\$ 29,2 bilhões, enquanto o patrimônio líquido subiu 16,4% e chegou a R\$ 5,2 bilhões.

O BRDE manteve ritmo de concessões mesmo em cenário de juros elevados e maior restrição ao crédito de longo prazo.

Na distribuição por setores, a agropecuária liderou as contratações, com R\$ 1,9 bilhão, seguida por comércio e serviços, com R\$ 1,8 bilhão, por indústria, com R\$ 1,3 bilhão, e por infraestrutura, com cerca de R\$ 664 milhões.

Considerando toda a cadeia do agronegócio, o apoio somou R\$ 2,8 bilhões, incluindo agricultura familiar, cooperativas e empresas do segmento.

A carteira reúne 44,8 mil



A atuação do BRDE alcançou municípios e ampliou o acesso ao crédito em diferentes regiões

clientes ativos, com operações em 1,2 mil municípios.

Na região Sul, o banco está presente em 1.136 cidades, o equivalente a 95,4% do total.

Entre os portes atendidos, o maior volume de crédito foi destinado a grandes empresas, com R\$ 2,3 bilhões, com participação relevante de cooperativas agroindustriais. O crédito direto a produtores rurais alcançou R\$ 1,7 bilhão, com crescimento de 43,5% em relação a 2024.

As operações de menor valor também tiveram participação expressiva. Em 2025, 75,8% das operações foram realizadas com produtores rurais e 22,3% com

micro e pequenas empresas.

Parte dessas contratações ocorreu por meio de instituições financeiras parceiras, nas chamadas operações indiretas, que cresceram 24,2% no período.

Na sustentabilidade, 79,1% dos recursos contratados estavam alinhados a pelo menos um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o equivalente a cerca de R\$ 4,5 bilhões. Os investimentos incluem geração de energia renovável, eficiência energética e ações voltadas à adaptação climática em municípios.

A diversificação das fontes de recursos também avançou. O BRDE operou com 12 prove-

dores de funding, com destaque para o Sistema BNDES, responsável por 67,9% dos recursos, seguido por fontes externas de fomento. O banco também ampliou captação no mercado de capitais, com emissão de R\$ 484 milhões em instrumentos financeiros e total de R\$ 1,17 bilhão captado no período.

No cenário internacional, a instituição firmou operação com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) no valor de 120 milhões de euros. O acordo foi assinado durante evento realizado em Paris, na França, e integra a estratégia de ampliação das fontes externas de financiamento.

Infestação de cigarrinhas-do-milho recuou 14,3% na última semana em SC

Divulgação/Epagri

A incidência de cigarrinhas-do-milho nas lavouras de Santa Catarina caiu 14,3% na última semana, segundo dados do Programa Monitora Milho SC.

A média estadual é de 120 insetos por ponto avaliado, abaixo do pico registrado há quatro semanas, quando o índice chegou a 180 por armadilha.

O levantamento acompanha a presença do vetor associado a doenças que afetam a cultura. Mesmo com a redução, o número ainda exige atenção, principalmente no período entre safras, quando a permanência do inseto pode influenciar novos plantios.

Parte das áreas já está na fase reprodutiva, etapa em que o risco de danos tende a ser menor, pois a fase crítica para transmissão de enfezamentos já foi superada na



Mesmo com a redução, o índice ainda exige atenção

maioria das lavouras.

Os maiores registros foram identificados em municípios como Jacinto Machado, São José do Cerrito, Campos Novos, Arroio Trinta, Guatambu, Irati e Guaraciaba. Já a presença de vírus

como o rayado-fino e o mosaico estriado foi observada no Planalto Sul e no Oeste, incluindo localidades como São José do Cerrito, Irati, Bom Jesus do Oeste, Tunápolis e Guatambu.

Nesta última, também houve

deteção da bactéria associada ao enfezamento pálido.

O monitoramento avalia semanalmente armadilhas instaladas em áreas de cultivo para identificar o comportamento da praga e orientar o manejo. Os dados são utilizados para indicar riscos e auxiliar no planejamento das lavouras em diferentes locais.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri), a recomendação técnica é reforçar práticas após a colheita, com atenção à regulagem de máquinas e eliminação de plantas voluntárias. Essas medidas visam reduzir a sobrevivência do inseto no ambiente e limitar a migração para novas áreas de plantio, contribuindo para o controle da população ao longo do ciclo produtivo.

Meu Pedaco de Chão vai crescer 260% no Paraná

O Instituto Água e Terra (IAT) prevê regularizar ao menos 123 propriedades rurais em 2026 por meio do programa Meu Pedaco de Chão, em parceria com o Tribunal de Justiça (TJ-PR).

O volume representa um aumento de 260% em relação a 2025, quando 34 imóveis foram legalizados em Cerro Azul. Outros 87 processos seguem em andamento no município, com expectativa de conclusão até dezembro.

A nova etapa será concentrada em Piên, no Sul do estado. O órgão já iniciou estudos em 266 lotes, com meta de regularizar parte dessas áreas ainda neste ano.

Em Doutor Ulysses, o cadastramento dos beneficiários começa neste semestre. Criado em 2023, o programa faz parte do Justiça no Bairro e busca legalizar terrenos sem registro por meio da posse.

Técnicos realizam visitas para cadastrar famílias, mapear as áreas e elaborar documentos como memorial descritivo e delimitação dos imóveis, conforme a legislação. Após essa fase, são abertas ações judiciais para reconhecimento da propriedade e registro em cartório.

O modelo adotado é o usucapião, que permite a aquisição do imóvel mediante comprovação de posse contínua. Quando atendidos os requisitos, o título é entregue sem custo às famílias. O acompanhamento jurídico é feito pelo TJ-PR, com prazo de até 60 dias, conforme a documentação apresentada.

Dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) indicam que o Paraná possui cerca de 530 mil imóveis rurais. Parte deles apresenta ocupação sem registro formal, situação mais comum na Região Metropolitana de Curitiba, Litoral, Centro-Sul e Campos Gerais.

Para aderir, os municípios devem se cadastrar junto ao IAT. As prefeituras auxiliam na seleção dos participantes e na coleta de documentos.

A iniciativa prioriza localidades com georreferenciamento prévio e famílias da agricultura familiar. Entre as exigências estão comprovantes de posse, como contas, registros no Inbra e declarações de vizinhos, além de documentação pessoal e de renda.

Entrevistas com testemunhas são realizadas no local, com uso de dispositivos móveis, evitando deslocamentos.